

A POLÍTICA BRASILEIRA DE REGIONALIZAÇÃO DA TV ABERTA: ENTRE “POBREMAS” E “POBLEMAS”.

Ada Cristina Machado Silveira
Edileuson dos Santos Almeida

Resumo.

O artigo privilegia os desafios da legislação de regionalização da tv aberta no Brasil, especialmente a permeabilidade de conteúdos regionais ante a força centrípeta dos conglomerados multimídia provenientes dos grandes centros. As referências empíricas provém de análises críticas de diversos pesquisadores detidos na ação de vários grupos regionais, reconhecidos em seu esforço de fomentar a produção local e regional, especialmente para televisão aberta com produções de telejornalismo e de ficção.

Palavras-chave.

Políticas de Comunicação – regionalização de conteúdos – democratização da mídia – digitalização de conteúdos.

Resumen.

El artículo privilegia los desafíos de la regionalización de la televisión abierta en Brasil, especialmente la permeabilidad de contenidos regionales ante la fuerza centrípeta de los conglomerados multimedia provenientes de los grandes centros. Las referencias empíricas provienen de análisis críticos de diversos investigadores detenidos en la acción de varios grupos regionales, reconocidos en su esfuerzo de fomentar la producción local y regional, especialmente para la televisión abierta con producciones de teleperiodismo y de ficción.

Palabras clave

Políticas de Comunicación – regionalización de contenidos – democratización de los medios – digitalización de contenidos

Abstract

The article focuses on challenges of TV opened policy regionalization in Brazil, especially the permeability of regional content before the centripetal force of the multimedia conglomerates from the major centres. The empirical references comes from critical analyses of several researchers held the action of various regional groups, recognized in its effort to foster local and regional production, especially for broadcast television productions with television news and fiction.

Keywords.

Communication policies – Content regionalization - media democratization – Content digitalization

Introdução.

A tramitação do projeto de lei que regulamenta a regionalização dos programas de rádio e de televisão oportunizou o lançamento do “Manifesto em defesa da regionalização da programação na radiodifusão”.¹ Em seu material de divulgação, repetido por vários coletivos, explicitam-se nos primeiros parágrafos alguns exemplos:²

Rio Branco, terça-feira, 22h30. Uma família sentada em frente à televisão assiste ao programa Louco Por Elas, transmitido pela Rede Amazônica, afiliada da TV Globo. Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o mesmo programa está sintonizado na RBS. A série mostra o cotidiano de uma família de classe média carioca.

Roraima, 17 horas. A TV Imperial – afiliada da Record – transmite o Cidade Alerta. O mesmo programa é veiculado pela RIC TV, na cidade de Xanxerê, interior de Santa Catarina. O programa jornalístico da Record faz a cobertura do que acontece nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (<http://queromevernatv.com.br/>).

A eleição dos exemplos confronta a exibição de um programa de entretenimento e outro telejornalístico, ambientados um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, frente a sua simultânea veiculação no extremo Norte (Rio Branco, no Estado do Acre, fronteira com a Bolívia) e no extremo Sul do Brasil (Santa Maria, no Rio Grande do Sul, fronteira com Uruguai e Argentina). Pertencentes a duas grandes redes nacionais, os programas possuem o atrativo de sua qualidade técnica e apelo massivo. Embora busquem focar as fragilidades do sistema brasileiro de produção/veiculação de conteúdos midiáticos, os problemas apontados obviam suas heterogeneidades e, principalmente, várias alternativas já construídas fora do eixo Rio-São Paulo pelo próprio sistema oligopolizado que dificilmente encontra cabida em análises de políticas de comunicação. Os exemplos tergiversam sobre ambiguidades provenientes de um olhar nacional desatento a realidades regionais. Onde está o problema com o sistema atual? Qual é a audiência prejudicada com a veiculação da programação referida? E, principalmente, porque?

A origem da ambiguidade provavelmente provenha da inconsciência de seus autores a cerca da proeminência do eixo Rio-São Paulo como fato institucionalizar de pontos-de-vista. Podemos entender que os exemplos produzem uma desautorização de outros lugares de fala e que acabou-se naturalizando a questão da regionalização de conteúdos por uma perspectiva meramente geográfica, sem mais consequências políticas ou simbólicas. O que para que (*quid pro quo*)?

Indagamos, neste sentido, em que consiste o propósito de implantação de uma lei de regionalização de conteúdos tão tardiamente, uma vez que o Brasil opera desde os anos 70 com redes nacionais e regionais de televisão. Evidentemente que o atraso na aprovação da lei também está vinculado ao tardio estabelecimento do Conselho de Comunicação Social, já previsto na Constituição de 1988. Dentre suas competências estão a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhes forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal. Neste sentido, uma atividade específica consiste na “g) promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística”.

Programação de Tv aberta: novas propostas para as pessoas na sala de jantar

As afirmações do diretor de televisão da Rede Globo Luiz Fernando de Carvalho, responsável pela equipe que renovou e trouxe para as noites de quinta-feira um antigo sucesso dos anos 70 – o seriado *A Grande Família* – talvez sejam mais certeiras ao indicar questões de linguagem que o sistema oligopolizado desenvolveu e que ameaçam a própria condição de negócio da Tv aberta. O diretor acredita que há um esgotamento do modelo de Tv no Brasil.³ Coordenador de diversos projetos de adaptação da literatura brasileira para Tv aberta, aclamados por público e crítica, Carvalho avalia: “Por mais que haja boas intenções, falta o salto do pensamento, do desejo, uma ação corajosa em direção às pesquisas estéticas, às novas linguagens artísticas e aos novos formatos e modelos de produção”.

Temos de um lado atuações inovadoras e, de outro, estruturas rígidas. Como propor a questão da regionalização de conteúdos, tão desgastada que parece desafiar os antigos reclamos de democratização da mídia?

Trata-se de um terreno resvaladiço no qual não há clareza sobre o fenômeno em questão e nos faz recordar uma crônica de Ignacio de Loyola Brandão. Transcrevemos um trecho com ajuda de um blogueiro:

Em algum ônibus de São Paulo, Ignacio de Loyola Brandão ouve duas mulheres:
- Você que é inteligente, me explica a diferença entre 'poblema' e 'pobrema'.

- Ah, mas você é burra mesmo! 'Poblema' é o que você tem com seu marido, com seu filho, com seu vizinho, com a polícia. E 'pobrema' é aquela conta de escola. (<http://dialogismo.blogspot.com.br...>).

O blogueiro ainda registra que o termo “problema”, consagrado pela norma culta, não existe no diálogo. O registro de Brandão aponta para essas lacunas na cultura nacional, com as quais convivemos e que apontam a ineficácia das normas a par de nosso convívio com um regramento completamente independente delas. O diálogo registrado pelo escritor apresenta-se como analogia da questão de nossas políticas de comunicação ao materializar o imaginário pertinente aos vários convocados a consideração para sua proposição.

Analisando o texto do PL 5.992/2013, indagamos se seria seu propósito reverter os institutos responsáveis por nossas discriminação internas. Seria possível supor uma reversão ainda que pequena depois que nos acostumamos com as apartações em que a cultura de massa nos dispõe? E mais que isso, como recompor um terreno sobre o qual construíram imagens de marca através da manipulação do “ser brasileiro”? No entanto, num outro sentido, cabe indagar por que, frente a tantas dificuldades interpostas pelo veloz percurso seguido pela cultura de massa, faz-se conveniente reconstruir os regionalismos?

Assim posto, acreditamos que a utilização dos regionalismos como argumento de mobilização social possui a atualidade de um cadáver congelado desde o período em que a transmissão por satélite possibilitou a expansão das redes televisivas e a consolidação de grades nacionais de programação na década de 70 (MATTOS, 2010). Um cadáver congelado para um tema de debate enrijecido. Expliquemos os dois aspectos.

Um debate enrijecido: em torno de estruturas, conjunturas e significações.

A tramitação do projeto de lei tem uma longa história e ocorre justo num momento em que o questionamento do modelo de mídia pela emergência da cultura participativa é a maior preocupação do ambiente corporativo e grande anseio do Terceiro Setor.

O projeto de Lei N.º.256/91 de autoria da deputada Jandira Feghali, por exemplo, tramitando na Câmara Federal desde 1991, prevê a reserva de um mínimo de 30% para conteúdo regional.

Uma outra proposta proveniente do Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação (FNDC) consta do projeto de Lei da Mídia Democrática, lançado pela campanha "Para Expressar a Liberdade" e propõe um mínimo de 30% de produção local diária, sendo 10% da produção em horário nobre para produções independentes.⁴

Os inéditos circuitos de trocas sociais que emergiram no contexto de expansão da circulação comunicativa próprio à web 2.0 desafiam a sobrevivência do modelo de negócios vigente. A digitalização de conteúdos é realizada em paralelo à promoção do desenvolvimento econômico e ao subdesenvolvimento democrático, responsável histórico pelo *apartheid* social. Paradoxalmente, o cansaço das velhas fórmulas informativas converteu os brasileiros em campeões de redes sociais (CHAO, 2013).

Portanto, o tema encara de frente grandes questões há muito apontadas por pesquisadores da democratização e regionalização das comunicações no que respeita à expectativa social.

Tremblay (2003), em sua abertura das atividades das atividades do Grupo de Pesquisa de Políticas e estratégias da Comunicação da Intercom, no evento de Salvador, afirmava que o estudo de estruturas e conjunturas não pode prescindir do conhecimento das significações produzidas, uma vez que as últimas são responsáveis pelo conhecimento que temos das opções da sociedade, a explicação do êxito de uma dada programação, conteúdo ou produto. Entre a consagração concedida aos estudos de estruturas e conjunturas, emerge a necessidade de conhecimento da significação concedida, algo que pode ser compreendido somente se vamos além da noção de produção de conteúdo usualmente empregada pela Economia Política da Comunicação.

As diversas demandas pela presença de conteúdos regionais nos meios de comunicação já contam com um razoável conjunto de estudos. Precede a eles a crítica de que a estrutura oligopolizada do controle da mídia, concentrada no poder de algumas famílias, explicaria

grande parte das distorções do sistema. No entanto, afirma-se inicialmente a questão de se é redutível à estrutura dos meios a política de produção de conteúdos. Ou seja, até que ponto aspectos gerenciais e de capacidade produtiva estariam sendo abordados apenas por abordagens estruturalistas e de conjuntura, ignorando a fundamental dimensão da produção de sentido, responsável pelo êxito da emissão/circulação de conteúdos frente a suas respectivas audiências.

Ao examinar o tratamento da questão da regionalização da programação no Conselho de Comunicação Social, Roldão (2006) analisa o comportamento dos grupos de interesses presentes em seu primeiro mandato (2002/2004). O autor constataria posteriormente que “as estratégias utilizadas pelos concessionários transformaram o CCS em mais uma extensão do lobby empresarial, a fim de impedir a implementação de novas propostas para a democratização da comunicação” (ROLDÃO, 2006, p.10).

Neste sentido aparecem as “relações incestuosas” entre mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais, responsáveis pela característica coronelista enquanto constante cultural responsável por “um padrão de controle, a despeito do poder econômico ou do interesse público” (SANTOS, 2008, p.1). Segundo a autora: “A aliança entre o empresariado nacional e elites políticas locais e regionais tem duas propriedades singulares: a) a precariedade econômica destes atores; e, b) o caráter estratégico da propriedade de televisão aberta para continuidade da estrutura anteriormente consolidada” (SANTOS, 2008, p.1).

Sem intenção de invalidar o conceito de coronelismo eletrônico, Mendonça e Rebouças (2009, p.1) estudaram as concessões de radiodifusão por parlamentares e a interpretaram como resultado de “uma prática social e política herdada do processo de formação histórica brasileira, tendo as oligarquias como centro da questão”. Prosseguindo, em outro artigo, temos em Vasconcelos (2010) uma avaliação com maior precisão da proposição de enquadramento da Tv Asa Branca, afiliada da Rede Globo, no conceito do coronelismo eletrônico. Seu distanciamento “entre o conceito de coronelismo definido na obra clássica *Coronelismo Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, e o que se convencionou chamar de coronelismo eletrônico” permitiu-lhe identificar a presença da lógica das indústrias culturais

no cotidiano da emissora: “Para além de atender a uma necessidade eleitoral, a concessão da afiliada da Rede Globo em Caruaru representa um elemento a mais que contribui para aumentar o patrimônio financeiro e empresarial de Inocêncio Oliveira” (VASCONCELOS, 2010, p.1).

Assim, o tratamento das estruturas, conjunturas e significações propiciou a exploração das abordagens do coronelismo enquanto estrutura cultural, as famílias enquanto esquema conjuntural de controle dos meios e as significações tomadas como regionalismos. A militância em torno do tema da regionalização de conteúdos alimenta-se precisamente dessa dificuldade de reconhecer a pluralidade da vida nacional, fragmentada em manifestações que não alcançam reconhecimento além do âmbito regional, a menos que ocorram no eixo Rio-São Paulo, o que imediatamente lhes concede o lugar de centralidade nacional.

Assim, embora o clamor pela afirmação dos regionalismos seja precisamente a bandeira da Manifestação referida no começo do presente artigo, o que se produziu foi um efeito de redução da questão à estrutura dos meios. O equívoco dos exemplos demonstra que, mesmo quando reconhecendo esforços, os aspectos de autonomia e formas de ampliar o diálogo com a sociedade ainda carecem de relevância. Vejamos alguns esforços produzidos com a ausência de uma política de produção regional de conteúdos.

O regionalismo é um cadáver congelado.

O texto da Comissão Mista para o PL 5.992/13 define como região a dimensão espacial na qual a “produção cultural, artística e jornalística produzida no Estado onde está localizada a emissora de radiodifusão sonora ou de sons e imagens” (2013, p.2). Observamos que a mesma gramática que é utilizada para definição da dimensão “local” sofre uma mera substituição do termo “Estado” para definir a regionalização: “produção cultural, artística e jornalística produzida na região do país onde está localizada a emissora de radiodifusão sonora ou de sons e imagens” (2013, p.2).

Depreende-se daí que, para efeito de definição das propriedades significacionais da

regionalidade na produção de conteúdos, prevalecerá o entendimento da circunscrição às cinco regiões geográficas brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. O projeto de lei enquadra automaticamente a área de atuação de uma emissora na região em que ela atua, independente de sua irradiação concreta. Perguntamos qual a precedência dos critérios de regionalidade circunscritos sumariamente segundo a delimitação das regiões geográficas brasileiras? Em que medida tal lógica é aplicável a um sistema desenvolvido segundo a lógica do capital privado? Ela resguardaria o interesse das sociedades assim circunscritas?

Raras redes regionais brasileiras encaram seriamente o seu papel de produtoras de conteúdos.

Roldão e Roldão (2009, p.1) realizaram um estudo de caso com três emissoras de Campinas - EPTV, TV Brasil e Band. Seu estudo buscou “discutir os limites com os quais se deparam em função da determinação das redes; categorizar os programas que veiculam e se os mesmos são produzidos por elas”. Além do estudo bibliográfico, foi feita a análise de documentos e reportagens sobre o tema e entrevistas com profissionais e ex-profissionais das emissoras. Os resultados da análise apontam o arrendamento de uma parte significativa da grade para programas de telecompras e religiosos em Campinas, um dos municípios mais prósperos do Brasil e da América Latina, apresentando um exemplo questionável da validade dos esforços de regionalização.

Lima (2006) estudou a Somzoom Sat no Ceará e sua potencialidade no mercado regional. A empresa é cabeça-de-rede localizada em Fortaleza que transmite programação para várias afiliadas no Brasil; produtora de conteúdos com estúdio de gravação; selo fonográfico; bandas de forró e casas de show. A Somzoom Sat é uma empresa de cunho local que opera com base em forte base tecnológica e emissão por satélite. Tornou-se regional com intenção de inserção nacional. É possível ouvir a programação da Rede Somzoom pela Internet, numa estratégia precursora no Nordeste.

Em Silveira (2007), registra-se o caso da RBS Tv para o qual a precedência da inserção de conteúdos jornalísticos produzidos localmente (no nível municipal e em entornos que não podem ser considerados metropolitano), ocorre numa grade de programação de televisão que está estruturada tendo em consideração a superposição daquele nível por um outro nível de

alcance regional, os quais, por sua vez, estão subordinados a um controle de nível nacional. Superpõe-se, assim, uma hierarquia que vai de uma praça instalada no município (local), passa pela capital de Estado (cabeça-de-rede regional), para então chegar às emissoras cabeça-de-rede do eixo Rio-São Paulo (cabeça-de-rede nacional).

A complexa estrutura da Rede Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) tem recebido pouca atenção da comunidade científica e que, frente à proposição legislativa, certamente trará dificuldades. Isto porque, ao expor a situação da RBS, verifica-se que sua regionalidade reduz-se a dois dos três Estados da região Sul. Suas 18 emissoras afiliadas à Rede Globo localizam-se em parte da região Sul e, em sua hierarquia interna, desde os anos 1970 quando implantou sua estrutura de rede e, em 1982, quando estruturou a Rede Regional de Notícias com o jornalista Antonio Britto, dizer-se regional equivale a evocar estadual, em contraposição a local, que equivale a municipal.

Observa-se assim como é que dentro dos oligopólios (um processo tendencialmente concentrador), a estrutura informativa pode conhecer diferentes escalas. A debilidade da construção dos exemplos escolhidos pelo Manifesto está em equiparar inserções tão distintas que, ao ser superpostas, mais concedem distanciamento ao tema do que propriamente enfatizam sua gravidade política. A aproximação das diferenças estabelece um regime de mútua depreciação entre os elementos que deslustra a campanha. Vejamos o porquê.

Aspectos históricos de algumas emissoras na região Norte.

Um brevíssimo histórico da implantação de emissoras na região Norte evidencia aspectos de estrutura e conjuntura particulares. Consideramos aqui os Estados que integram a Amazônia, a saber Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, justificando a ausência do Tocantins.

Conforme levantamento sobre registro de fontes primárias realizado por vários autores aqui referidos, sabemos que a primeira emissora instalada na região foi a Tv Marajoara, na cidade de Belém (PA), inaugurada em 30 de setembro de 1961, como parte do plano de expansão das Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand. No início exibiam-se os programas locais

(como telejornais e novelas transmitidas de seus estúdios e do Teatro da Paz) e da Rede Tupi, que posteriormente ocupou toda a programação com a produção do eixo Rio-São Paulo. A segunda emissora foi a Tv Guajará, em 1967, que passou a afiliada da Tv Globo em 1969 e assim permaneceu até a perda da concessão em 1976. O terceiro canal foi inaugurado em 1976, a Tv Liberal, desde então, afiliada da Tv Globo. Atualmente, Belém tem dez canais de TVs abertas: Tv Liberal (Globo), SBT Pará (SBT), Rede Cultura do Pará (Tv Brasil), Boas Novas Belém (Boas Novas), Tv Record Pará (Record), RBATV (Band), Tv Grão Pará (Rede Gazeta), Tv Bacana (Esporte Tv Interativo), Record News (Record News) e Rede TV! Belém (Rede TV!).

Em Manaus (AM) a televisão começou a cabo em 1965: “*TV Manauara* [...] foi uma das primeiras TVs a cabo do Brasil [...] foram instalados cabos nos postes de eletricidade nas principais ruas e avenidas do centro da cidade” (CABRAL, 2003, p.14). A experiência durou pouco, mas finalmente em 5/9/1967, após concessão do Governo Federal, foi inaugurada a Tv Ajuricaba, que no mesmo ano virou afiliada da Tv Globo. No ano seguinte, ainda em Manaus, foi inaugurada a Tv Cultura (9/3/1968).

No início da década de 1970, como parte do projeto do governo Federal de ocupação da Amazônia brasileira, outras concessões foram liberadas para a região. Começou por Manaus que ganhou outras duas emissoras: a Tv A Crítica (2/6/1972) e a Tv Amazonas (10/8/1972). A grade de programação ainda continuava sendo um problema solucionado com a compra de conteúdos de emissoras do eixo Rio-São Paulo. Atualmente na capital amazonense operam os canais: Tv Cultura (Tv Cultura), Tv A Crítica (SBT), Tv Amazonas (Globo), Tv Manaus (Record), Tv Rio Negro (Band), Rede Tv Manaus (Rede TV!), Tv Boas Novas (Rede Boas Novas).

Em abril de 1974 foi ao ar a primeira emissora de Rio Branco (AC), a Tv Acre. Era o segundo canal dos donos da TV Amazonas e começava a tomar forma a Rede Amazônica de Rádio e Televisão (RART). Hoje na capital acreana são sintonizados os canais da Tv Acre (Globo), da Tv Aldeia (Tv Educativa), da Tv Canal 5 (Rede TV!), da Tv Rio Branco (SBT), da Tv Gazeta (Record), da Tv União (Band).

Dois meses depois do Acre, em junho de 1974, foi a vez de Boa Vista (RR) iniciar as transmissões da Tv Roraima (Canal 2) de propriedade do governo do então Território Federal de Roraima: “Com boa parte dos equipamentos emprestados da Tv Educativa do Maranhão e com material e programação gravada pela Tv Amazonas, no dia 14 de junho de 1974, as 18h, todos os roraimenses acompanharam a inauguração oficial da Tv Roraima – Canal 2” (ALMEIDA, 2008, p.4). Depois de quatro meses, o governo do território resolveu transferir a emissora para a iniciativa privada, anunciada como “televisão comercial” (Jornal Boa Vista, 27/9/1974). Todo o acervo foi transferido para a Rede Amazônica de Rádio e Televisão, sediada em Manaus (ALMEIDA, 2008, p.4). Atualmente são sete canais na capital boavistense: Tv Roraima (Globo), Tv Tropical (SBT), Tv Caburaí (Band), Tv Universitária (Tv Educativa), Tv Boa Vista (Rede TV!), Tv Imperial (Record), Tv Maracá (CNT).

Naquele mesmo mês de setembro, a RART havia recém-inaugurado a primeira emissora de Porto Velho (RO), a Tv Rondônia. Atualmente são sintonizados em Porto Velho os seguintes canais: Tv Rondônia (Globo), Tv Alamanda (SBT), Tv Candelária (Rede TV!), Tv Maíra (CNT), TV Norte (Record).

A produção diária das emissoras afiliadas à Rede Globo na região Norte, no caso, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão (Tv Acre, Tv Amapá, Tv Amazonas, Tv Rondônia e Tv Roraima) e a Tv Liberal é em torno de três horas, de segunda à sexta, distribuídas no início da manhã (6h30-8h30), início da tarde (12h-13h) e início da noite (19h-19h20). No sábado, são apenas duas horas (5h-5h30 e 11h30-13h) e no domingo em torno de uma hora.

O horário local na região Norte é quase que integralmente ocupado com o noticiário basicamente de cada capital e sua programação compartilhada com a rede nacional a que pertence. Porém, no caso das emissoras da Rede Amazônica, é relevante destacar que mais da metade do horário diário de cada uma é ocupado com noticiário regional, produzido e veiculado a partir de Manaus, com a participação das emissoras dos outros quatro estados: “A manutenção de cerca de 10% de programas próprios estão no limiar da capacidade financeira, técnica, e de produção das empresas locais” (MONTEIRO, 2011, p.72).

Ao pesquisar a presença do local na cobertura dos canais das TVs Globo e Record na Amazônia Monteiro (2011) constatou que essas grandes emissoras recorrem aos núcleos de rede (equipes locais com possibilidade de participação ou produção de conteúdos para os telejornais de rede): “As representações da Amazônia sofrem flutuações quando pensadas em relação a cada estado apontado como parte da região. [...] relacionadas mais à estrutura e modelo de telejornalismo presente no país que a simples divisão político-administrativa brasileira [...]” (MONTEIRO, 2011, p.146)

Outras fatores que dificultam a inserção da produção local na grade nacional envolvem ainda: o pouco rigor na qualidade dos produtos, a falta de interesse pela temática diária da região numa abordagem local, além da questão de fuso horário. Esse aspecto revela a idiossincrasia da região; sua diferença de fuso horário é de uma hora em relação à Brasília, mas no caso do Acre são duas horas de diferença, o que traz grandes diferenças na recepção da programação veiculada desde o eixo Rio-São Paulo. A observância do horário de verão agudiza esse aspecto com evidentes consequências para a sustentabilidade das emissoras.

Aspectos históricos de algumas emissoras na região Sul.

Ignorar o histórico de Santa Maria-RS no esforço de desenvolvimento de televisão local ao nível do município é desconhecer seu histórico. Celebrizada pela tragédia na boate Kiss, a cidade está longe de ser um município interiorano dependente de conteúdos produzidos no centro cultural do Brasil. Em 1969 a cidade inaugurava sua emissora - Tv Imembuí, inserindo um bloco ali produzido dentro da sequência de blocos o Jornal Nacional emitido desde o Rio de Janeiro para veiculação no município. Posteriormente essa emissora criada pela ação de mais de 600 cotistas foi incorporada pelo grupo RBS, registrando as dificuldades da ausência de uma legislação de apoio à produção de conteúdos, conforme registra o estudo intitulado “Jornal Nacional e a estrela errante da produção local”. A emissora santa-mariense foi apenas uma dentre a dezena de emissoras criadas no período e atuantes até nossos dias com programação diária.

O pioneirismo em televisão não pararia por aí. Na década de 90 surgiria outra emissora no município – Tv Pampa, atualmente vinculada ao grupo Record. Em 1998 Santa Maria conheceu o surgimento da Tv Câmara do Legislativo Municipal (uma das pioneiras do Brasil), o canal de cabo da Universidade Federal de Santa Maria – Tv Campus, dez anos depois o canal universitário do Centro Universitário Franciscano – Tv Unifra, e, em 2012, sua emissora de Tv comunitária – Tv Santa Maria.⁵

Evidentemente que o peso das grades de programação das redes de alcance nacional (Globo, Record, SBT, RedeTv! e Band) se fazem sentir. Diferentes estimativas falam de oscilações entre 10 e 15% de tempo de programação produzido fora do eixo Rio-São Paulo e compartilhados pela capital do Estado e emissoras localizadas em diversos municípios da RBS e da Record em distintos municípios gaúchos.

O infeliz exemplo eleito para promoção do Manifesto ignora que a arraigada cultura midiática em Santa Maria e seu entorno responde por uma infinidade de iniciativas que vão do quase centenário jornal A Razão (que já esteve sob controle de Assis Chateaubriand, atualmente sob controle local), à circunstância de que quando ganhou seu segundo diário em 2002 (Diário de Santa Maria, do grupo RBS), já havia conhecido cerca de pelo menos outros 20 títulos de produção local que não lograram manter-se.⁶ Mais que contradizer a necessidade de uma legislação em favor da regionalização de conteúdos, sua experiência aponta a importância que possui na consolidação de iniciativas inovadoras.

Mas o cadáver não está morto somente ao nível do município. O grupo RBS, uma das principais afiliadas da Rede Globo e um dos principais grupos de mídia do Brasil, possui uma história de poucas referências acadêmicas que extrapolem as dimensões de estrutura e conjuntura. A teoria do “bolo fatiado”, conforme analisa Scarduelli (s.d.), envolve reconhecer um novo modelo de Tv que articula uma explicação econômica ao êxito de sustentabilidade dos conteúdos produzidos nos municípios do interior dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A referência ao bolo publicitário como “bolo fatiado” consiste em dividir em pequenas quotas de anunciantes para maior facilidade de comercialização, alcançando pequenos negócios, como supermercados:

Antes da implantação da rede e da segmentação do sinal da Globo em diversas emissoras e regiões, a televisão era um veículo atraente apenas aos grandes

anunciantes, já que a única alternativa era a veiculação estadual. A partir da rede, em 1978, ficou possível fazer a exibição regional e mais barata. Para as empresas de pequeno e médio portes, isso abriu um canal de acesso à TV (SCARDUELLI, s.d.,p.1).

Sua análise não está datada, mas deduz-se que seja do final dos anos 90, e nela já se apontava para a dificuldade com a nomenclatura de regional e local frente ao PL 5.992/2013, referida anteriormente:

Dentro desse processo de regionalização, o objetivo da RBS é continuar fomentando mercados novos e acessando novos anunciantes. Por isso, a discussão atual é saber se o modelo de TV regional pode ser ainda mais local do que já é. [...] É o que se pode apreender do raciocínio de Claro Gilberto, diretor de programação e eventos da RBS TV: “A tendência é que cada um dos 425 municípios gaúchos - e também os 260 catarinenses - tenham a sua própria emissora local, mas é evidente que ela vai oferecer uma programação de acordo com o seu tamanho. (SCARDUELLI, s.d., p. 15-6).

Na esteira da abordagem de Scarduelli, embora com foco na produção de conteúdos, Sturmer e Silveira (2008, 2009) realizaram análises empíricas da política de produção de conteúdos focada nas emissoras da Rede RBS TV do interior do Rio Grande do Sul. Das onze emissoras pesquisadas, cinco exibiam “programetes” produzidos localmente, cujos conteúdos buscam a identificação com a área geográfica onde atuam.⁷ Sua articulação guarda a indagação sobre se esta estratégia é posta em prática em sentido convergente ou oposto ao processo de homogeneização globalizante. A apresentação de “programetes” no *break* comercial conforma uma política específica para estabelecer a identificação das emissoras com sua audiência, fortalecer sua inserção na comunidade e, ao mesmo tempo, atrair anunciantes que não têm interesse pela publicidade convencional.

Num artigo posterior, Silveira e Sturmer (2010) analisaram como as emissoras do interior do Rio Grande do Sul utilizam seu espaço comercial para veicular conteúdos produzidos localmente e alinhados às identidades da microrregião de abrangência. Uma análise sobre a RBS Tv dos Vales, emissora da Rede Brasil Sul de Comunicações localizada em Santa Cruz do Sul, revelou aspectos de sua política de produção editorial descentralizada. A estratégia de produção de um “programete” exibido num intervalo comercial do Jornal Nacional, por vários anos no ar, ilustra a exploração da preservação da memória dos antepassados e o esforço de uma emissora local para manter sua subsistência e obter legitimação junto às comunidades.

Regionalização para ficção e futebol.

Foi nesse caminho que a *holding* RBS criou o diferencial de que, a par de ter consolidado uma rede regional de telejornalismo, desenvolve o esforço de gerar conteúdos televisuais no gênero ficcional. A ação inovadora da RBS na produção de conteúdos ficcionais para a tv aberta coloca-a numa condição excepcional. Extrapolando o âmbito das análises de conjuntura, vários autores (DUARTE, CASTRO, 2009; SILVEIRA, 2009; FLORES, 2011) analisariam os vários mundos propostos pelo Núcleo de Especiais da RBS TV, por exemplo, quando tentam incorporar o imaginário multiétnico da audiência gaúcha em suas produções. Os curtas são veiculados aos sábados às 12 Hs 20 min. e constituem-se hoje no grande patrimônio de produção ficcional e de audiência da emissora na veiculação da grade da Rede Globo no Estado do Rio Grande do Sul, superando inclusive o Fantástico, campeão de audiência da rede em nível nacional.⁸

Conforme tentamos sugerir, a *holding* RBS é um peso-pesado que se apresenta em dia com suas tarefas para a legislação em debate. Lamentamos não haver estudos que documentem a percepção de publicitários de que a RBS proporciona uma grande concorrência à Rede Globo através de sua própria atuação interna na estrutura de rede. Tão difícil é o tema que ele foi objeto de um fórum entre executivos da Rede Globo e da RBS Tv em 07/06/2013, quando 120 pessoas participaram. Na oportunidade, a nota publicada pela RBS no Portal da Rede Globo que administram em conjunto destacava uma explicação da gerente de programação da RBS Tv Alice Urbim:

A questão da regionalização da programação esteve muito forte nesses primeiros debates, e isso significa que precisamos estar ainda mais atentos quanto à relevância que os programas e eventos que promovemos aqui podem ter na grade. O que vemos é que a rede está aberta e temos que estar cientes da nossa taxa de contribuição. Precisamos focar nas oportunidades da regionalização da televisão, essa é a lição que fica (<http://redeglobo.globo.com...2013>).

Um episódio que demonstra a dificuldade de integração da RBS na Rede Globo ocorreu na transmissão da partida Grêmio X Cruzeiro em 14/8/2013. Faltando pouco mais de dez minutos para o final da partida a transmissão foi interrompida. O segundo tempo havia atrasado por falta de luz na Arena do Grêmio. A rede nacional determinou a interrupção da

cobertura (regional) em favor da transmissão nacional de Flamengo X Goiás quando faltava pouco mais de um minuto para seu final. O incidente agravou-se face aos vários minutos dedicados para a transmissão de comentários pós-jogo, enfatizando os minutos de cobertura regional perdidos do final do jogo Grêmio x Cruzeiro. Ainda que cláusulas contratuais estabeleçam claramente a precedência de transmissões da Globo sobre as da RBS no Rio Grande do Sul, assim como para os torcedores mineiros, o custo político para a última frente a sua audiência é muito alto. Perguntamos se a nova legislação daria conta desse aspecto.

O cadáver que nos sorri.

É sintomático que o Legislativo enquanto braço do poder político venha a dar resposta quando a ameaça das redes sociais impacta o negócio da mídia, evidenciando o comprometimento daquele para com a gestão do sistema midiático. A questão da implantação de um dispositivo legal que já chega atrasado consiste em indagar se ele dará conta de institucionalizar formalmente uma prática que já se configura funcional a um sistema estruturado de outra maneira.⁹

A proposta de legislação de regionalização como noção organizativa do sistema de mídia enreda-se num *quid pro quo* justamente quando se fragiliza no interior de algumas regiões do Brasil. A *holding* RBS não atua no Paraná, assim como sua atuação no Rio Grande do Sul guarda escassas similaridades com a atuação em Santa Catarina quando se extrapola o padrão de atuação comercial. Por mais que a ênfase corporativa busque assemelhar as culturas organizacionais das empresas catarinenses e gaúchas, a formação sócio-histórica de ambos Estados federados não permitiu até o momento qualquer intercâmbio jornalístico ou de entretenimento estável.

Recompor uma perspectiva da regionalidade consoante a formação geográfica, ignorando que se conheceu no passado recente um violento processo de descaracterização pelo próprio arranjo das indústrias culturais, ao mesmo tempo em que busca promover um conjunto de atributos de valor simbólico-cultural como epicentro organizador da produção de conteúdos, pode revelar-se como imposição de problemática. Ou, nos termos de Brandão, “um pobrema”,

aqueles de matemática, que somente servem “para resolver na escola”.

É por isso que, retornando aos exemplos do Manifesto apresentado no começo do artigo, talvez quem tenha um real problema de manifestação do local sejam aqueles afetos ao “carioca way of life”¹⁰ (BRATN apud MATTOS, 2010) dado que, ao ter sua identidade cultural convertida em principal capital de *benchmarking* da Rede Globo, sua sociedade pode ser a mais capturada na reificação midiática.

RAYP

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E. (2003) *Imagens da Selva: Televisão e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira*. São Paulo (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, E. (2008) Além do Equador: A história da mídia audiovisual em Roraima. *Anais do 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, 13 a 16/5/2008, UFF, Niterói/RJ. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Alem%20do%20Equador.pdf>>. Acesso em 27/07/2013.

CHAO, L. (2013) Brasileiros reinam nas redes sociais. *Valor Econômico*, 17(733). Recuperado de www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed733 Acesso em 8/3/2013.

DUARTE, E. B. (Org.) ; CASTRO, M. L. D. (Org.). (2009) *Núcleo de Especiais RBS TV: ficção e documentário regional*. Porto Alegre: Sulina.

FLORES, F. R. (2011) *Do problema das identidades na pós-modernidade*. Santa Maria (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria.

KEGLER, J.; ZAGO, M. A Tv Câmara do Poder Legislativo de Santa Maria. In: SILVEIRA, A.C.M. da (Org.) *História da mídia em Santa Maria: indústrias criativas entre inovação e tradição*. Santa Maria: Facos-UFSM, 2014. p. 220-231 (no prelo).

LIMA, M.E. de O. (2007) Regionalização da mídia: estratégias do grupo cearense Somzoom Sat. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

MATTOS, S. (2010) *História da televisão brasileira*. Petrópolis: Vozes.

MENDONÇA, F; REBOUÇAS, E. (2009) Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

MONTEIRO, G. C. da S. (2011). *Amazônias na TV: a presença local no telejornalismo nacional*. Manaus: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Trópicos Úmidos) – Universidade Federal do Pará.

PODER LEGISLATIVO DO BRASIL. COMISSAO MISTA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. Projeto de Lei no. 5.992 de 2013.

PEREIRA, F.; FOSSA, M.I.T. Tv comunitária no sistema a cabo. In: SILVEIRA, A.C.M. da (Org.) *História da mídia em Santa Maria: indústrias criativas entre inovação e tradição*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2014. p. 160-175 (no prelo).

RBS TV. (2013) *Resumo de audiências - 2013*. Porto Alegre, RBS.

RBS TV. http://www.comercialgruporbs.com.br/interna_formatos_especificacoes_detalhe.

[aspx?PlataformaID=18&MarcaID=3434&FormatoID=100](#). Acesso em 20/12/2013

ROLDÃO, C. G. (2006) Regionalização da programação: boicote empresarial é explicitado no Conselho de Comunicação Social. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

ROLDÃO, C. G ; ROLDÃO, I. C. do C. (2009) Regionalização da programação: um estudo de caso de três emissoras de Campinas. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

SANTOS, S. dos. (2008) Relações incestuosas: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

SCARDUELI, P. (2013) RBS: a network de bombacha ou a teoria do bolo fatiado. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1e1dc5b633f4df0c82227a8aed5b3eff.PDF>. Acesso em 23/08/2013.

SILVEIRA, A. C. M. (2007) Identidade local e regionalização televisiva. Análise empírica da política de produção de conteúdos. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

SILVEIRA, A. C. M. (2009) Janelas da identidade: Os vários mundos propostos pelo Núcleo de Especiais da RBS In: DUARTE, E.B.; CASTRO, M.L. D.de. *Núcleo de especiais RBS TV: ficção e documentário regional*. Porto Alegre: Sulina. p. 147-168.

SILVEIRA, A. C. M. ; SEIBT, Micheli. (2006) JN e a estrela errante da produção local. *Contracampo* (UFF), v. 17, p. 90-102.

SILVEIRA, A. C.; STÜRMER, A. (2010) Guerra & Paz: fragmentos que convergem para contar histórias reais In: DUARTE, E.B.; CASTRO, M.L. D. de. *Convergências midiáticas - produção ficcional RBS Tv*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 97-115. V.12.

STÜRMER, A.; SILVEIRA, A. C. (2008) Narrativas da herança multicultural: televisão e identidade narrativa. *Galáxia* (PUCSP). São Paulo, v.15, p.139 -154.

STÜRMER, A.; SILVEIRA, A. C. (2009) Identificação com a audiência: produção televisiva local e sustentabilidade de emissoras afiliadas. *MATRIZES*. São Paulo, v.2, p.247 - 268.

TAVEIRA, E. D. (2000) *Rede Amazônica de Rádio e Televisão e seu processo de regionalização (1968 - 1998)*. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.

VASCONCELOS, F. M. de (2010) TV Asa Branca: um núcleo das indústrias culturais no interior de Pernambuco. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010, Caxias do Sul. *Anais...* São Paulo: Intercom. 1 CD.

Sítios eletrônicos:

<http://dialogismo.blogspot.com.br/2007/06/5-pobrema-poblema-e-outros-problemas.html>.

Acesso em 26/08/2013.

<http://queromevernatv.com.br/>. Acesso em 25/08/2013.

<http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/2013/06/rbs-tv-promove-forum-de-programacao-em-porto-alegre.html>. Acesso em 15/08/2013.

<http://www.baraodeitarare.org.br/index.php/noticias-do-barao/20-slideshow/254-manifesto-em-defesa-da-regionalizacao-da-programacao-na-radiodifusao>.. Acesso em 24/08/2013.

<http://www.ciranda.net/article7201.html>. Acesso em 24/08/2013.

<http://fndc.org.br/clipping/a-televisao-brasileira-tem-dado-claros-sinais-de-esgotamento-de-seu-modelo-933919/> Acesso em 18/12/2013.

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/google-vs-globo-comecou-a-verdadeira-guerra-da-midia.html#comments>. Acesso em 27/08/2013

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/COMUNICACAO/448688-PROJETO-DEFINE-PERCENTUAIS-DE-REGIONALIZACAO-DE-PRODUCAO-DE-RADIO-E-TV.html>. Acesso em 20/08/2013.

1 A tramitação do projeto de lei aguarda votação, no presente momento, no Plenário da Câmara sob o nº PL 5.992/2013. Conforme o Portal da Câmara dos Deputados, o projeto “Regulamenta o disposto no inciso III do art. 221 da Constituição Federal, para estabelecer os percentuais de regionalização da produção cultural, artística e jornalística das emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. Sua reflexão se dá à luz da Constituição Federal e do Projeto de Lei 5.992/13 que aguarda votação.

2 Ademais do sítio eletrônico referido, pode-se destacar outros dois que veicularam o manifesto, dentre tantos outros: <http://www.ciranda.net/article7201.html> e <http://www.baraodeitarare.org.br/index.php/noticias-do-barao/20-slideshow/254-manifesto-em-defesa-da-regionalizacao-da-programacao-na-radiodifusao>.

³ Entrevista concedida ao FNDC: <http://fndc.org.br/clipping/a-televisao-brasileira-tem-dado-claros-sinais-de-esgotamento-de-seu-modelo-933919/> Acesso em 18/12/2013.

⁴ Veja-se http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=9748. Acesso em 17/12/2013.

⁵ Para informações sobre a Tv Câmara, consulte-se o trabalho de Kegler (no prelo). Sobre a Tv Comunitária há o trabalho de Pereira e Fossá (no prelo).

⁶ Para acesso à hemeroteca do Arquivo Histórico de Santa Maria, veja-se <http://ahmsm.blogspot.com.br/p/acervo.html>.

⁷ Para a explicação de programete e outros formatos, veja-se http://www.comercialgruporbs.com.br/interna_formatos_especificacoes_detalhe.aspx?PlataformaID=18&MarcaID=3434&FormatoID=100.

⁸ Conforme definição da RBS em sua proposta comercial, os dez programas com maior audiência e *share* correspondente estão, em ordem do mais ao menos assistido, em 2013: 1. JN, 2. Novela II, 3. RBS Notícias, 4. Novela III, 5. Jornal do Almoço, 6. Novella I, 7. Curtas Gaúchos, 8. Globo Esporte, 9. Domingão do Faustão e finalizando a lista em décimo lugar o Fantástico. Observe-se que as produções da RBS Tv estão, respectivamente, em terceiro, quinto, sétimo e oitavo lugar (RBSTV, 2013).

⁹ Veja-se, por exemplo, o blog de Luis Nassif sobre a guerra Google X Globo de 3/7/2013,

¹⁰ Referência aos cariocas, habitantes do Rio de Janeiro.